RADAR TRABALHISTA

CPRT COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS | CBIC

Resumo Semanal

Ano 1 – Número 52 – 23/07 à 27/07/2018

Destaque da Semana

Confederação questiona norma do TST que prevê aplicação do BacenJud ao processo do trabalho

Supremo Tribunal Federal - 25/07/2018

Foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) norma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que prevê a utilização, no processo do trabalho, de dispositivos do Código de Processo Civil (CPC) de 2015 que regulamentam a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (por meio do sistema BacenJud). A matéria é tema da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5974, ajuizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Conforme a ação, o artigo 3º, inciso XIX, da Instrução Normativa (IN) 39/2016 do TST determina a aplicação da sistemática do artigo 854 do CPC/2015 ao processo do trabalho, autorizando o juiz do Trabalho, a requerimento da parte interessada, a determinar às instituições financeiras o bloqueio de ativos financeiros existentes em nome do devedor. Para a confederação, ao editar a norma, o TST violou o princípio da legalidade, uma vez que Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao dispor sobre atos de constrição patrimonial nas demandas trabalhistas, não prevê a possibilidade de bloqueio de contas do executado.

"Não cabe ao TST, por meio de instrução normativa editada por resolução, extrapolar os limites legais", sustenta a CNT. A entidade alega também invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual, bem como transgressão à garantia do direito à propriedade privada, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Para ler na íntegra clique aqui

Notícias

Ações da Justiça do Trabalho ajudam a reduzir acidentes de trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2018

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) vêm adotando, nos últimos anos, diversas medidas para reduzir o número de acidentes de trabalho no país e para melhorar a qualidade de vida de seus magistrados e servidores. Essas iniciativas ganham mais relevância com o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, celebrado, desde 1972, em 27 de julho.

Turma afasta dano coletivo por revista em bolsas e mochilas

Tribunal Superior do Trabalho - 24/07/2018

Relator do processo no TST, o desembargador convocado Ubirajara Carlos Mendes destacou que o Tribunal tem o firme entendimento de que a revista de bolsas e mochilas, desde que indiscriminada, respeitosa e sem contato físico, ainda que reiterada, não fere a intimidade ou a dignidade dos empregados.

Nova versão do DEJT é implantada

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2018

O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) ganhou nova versão na última quinta-feira (19). Foi implantada a versão DEJT 6.6.3 em substituição à DEJT 6.6.1, após deliberação do Comitê Gestor do DEJT.

Ação ajuizada após período de estabilidade da gestante não impede indenização a operadora

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2018

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu indenização equivalente aos salários do período de estabilidade no emprego que operadora de cobrança não usufruiu, porque a Atento Brasil S.A. a dispensou no término do contrato de experiência. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região havia rejeitado o pedido dela por causa da data do ajuizamento da ação. No entanto, os ministros disseram ser viável a apresentação da reclamação após o prazo de estabilidade desde que observado o limite de dois anos depois do fim da relação de emprego.

Empregador vai pagar despesas médicas futuras de auxiliar acidentado

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2018

A Albra Alumínio Brasília Ltda. terá de indenizar auxiliar de manutenção por danos materiais correspondentes às despesas médicas futuras decorrentes de acidente de trabalho que lhe deixou com queimaduras em 48% do corpo. A decisão unânime da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determina o pagamento do tratamento até a recuperação do empregado, que sofreu queimaduras em grande parte do corpo.

Ministério e Correios anunciam acordo para a emissão da carteira de trabalho

Ministério do Trabalho - 23/07/2018

Em reunião nesta segunda-feira (23), em Brasília, o Ministério do Trabalho e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) anunciaram a assinatura de um acordo de cooperação técnica para a emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O projeto piloto deverá ser implantado nos próximos 30 dias no estado de São Paulo.

Ministério Público do Rio Grande do Sul convida a Fundacentro para atuar em estudo de exoesqueleto

Fundacentro - 27/07/2018

O Ministério Público do Trabalho da 4ª. Região (MPT-RS), representado pelo Procurador do Trabalho, Philippe Gomes Jardim, em reunião realizada na sede da Fundacentro em SP na tarde de terça (24), propôs uma parceria com a Fundacentro, para juntos atuarem em medidas ergonômicas no ambiente de trabalho, no que se refere ao estudo de exoesqueletos.

Palestras abordam SST na indústria da construção

Fundacentro – 26/07/2018

O CPR/RJ (Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), do qual a Fundacentro/RJ faz parte, realiza o Ciclo de Palestras na Indústria da Construção no dia 2 de agosto. O evento ocorre no prédio em que a instituição está localizada, na Avenida Presidente Vargas, 251, 12º andar, no Centro do Rio de Janeiro/RJ. Para participar, basta se inscrever pelo e-mail (comite.cpr.rj@gmail.com).

Fundacentro revisa recomendação para instalações elétricas em obras

Fundacentro – 24/07/2018

Os engenheiros eletricistas Maurício Viana e Swylmar Ferreira, da Fundacentro, estão revisando a RTP 05 (Recomendação Técnica de Procedimentos) – Instalações Elétricas Temporárias em Canteiros de Obras. O objetivo é orientar empresários, profissionais de segurança e saúde no trabalho, eletricistas, dirigentes sindicais e trabalhadores da indústria da construção quanto aos riscos e medidas preventivas. "Temos que evitar acidentes com choque elétrico", afirma Viana.

INSS convoca beneficiários para perícias médicas

Secretaria de Previdência – 25/07/2018

Os segurados que recebem benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez e ainda não realizaram perícia médica de revisão têm até o próximo dia 13 de agosto para agendar o procedimento. O edital com a lista de 178,9 mil pessoas nessa situação foi publicado no Diário Oficial da União da última sexta-feira (20). O agendamento pode ser feito pelo telefone 135.

Lançada campanha sobre direitos das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Ministério Público do Trabalho – 24/07/2018

No último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Outra pesquisa, a de Informações Básicas Municipais, apurou que 72,6% das prefeituras não promove políticas de geração de emprego e renda ou inclusão no mercado de trabalho dessas pessoas. Com o objetivo de contribuir para a mudança desse cenário, o Ministério Público do Trabalho (MPT) no Rio Grande do Norte (RN) realiza, este mês, uma campanha televisiva de promoção da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência nas relações de trabalho.

Instaurado inquérito contra 68 empresas por descumprimento da cota de aprendizagem

Ministério Público do Trabalho - 23/07/2018

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas instaurou inquérito civil, nesta quinta-feira (19), para buscar a responsabilização de 68 empresas em Alagoas que insistem em descumprir a cota de aprendizagem profissional. A lei de aprendizagem (10.097/2000) prevê que estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar entre 5% e 15% dos trabalhadores existentes, cujas funções demandem formação profissional.

Declarações pela extinção do MTb fazem parte de projeto de destruição do sistema de proteção ao trabalhador

Notícias

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/07/2018

Dias antes, um pré-candidato à Presidência da República, de um partido da base de apoio do governo, afirmou que cogita extinguir o Ministério do Trabalho – MTb, caso seja eleito. Dias depois, de acordo com um colunista que replica suas notas em dezenas de jornais, blogs e sites, o governo anuncia que também avalia a mesma medida, sob o argumento de que a Pasta hoje não tem outra serventia que não a de divulgar dados sobre desemprego, além de ter virado uma "loja" de venda de registros sindicais. Em comum, ainda, o referido partido e o governo foram os arquitetos de uma reforma trabalhista precarizante e da terceirização irrestrita, e as defendem mesmo diante dos dados que mostram que as mudanças na legislação trabalhista não trouxeram aumento ou melhora no emprego.

Entidades assinam Nota de Repúdio a declarações do ministro do Trabalho sobre a fiscalização

Sindicato Nacional dos Auditores Fisciais do Trabalho - 27/07/2018

O Sinait, entidades sindicais e associativas, além de instituições parceiras da Auditoria-Fiscal do Trabalho, manifestam nesta sexta-feira, 27 de julho, em nota, amplo repúdio às recentes declarações do ministro do Trabalho à ONG Repórter Brasil e publicadas pelo jornal Folha de São Paulo. Em entrevista publicada em 25 de julho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, que teve uma fazenda fiscalizada em três ocasiões, entre 2003 e 2009, e foi autuado por irregularidades trabalhistas, afirma ter sofrido perseguição política e que a fiscalização errou.

Atos Normativos

PORTARIA MTb Nº 737, DE 20 DE JULHO DE 2018 (DOU de 24/07/2018 Seção I Pág. 193) - Prorroga a validade do Certificado de Aprovação - CA de respiradores de adução de ar ensaiados no Brasil e que estejam válidos até 31 de dezembro de 2018;

PORTARIA MTb Nº 738, DE 20 DE JULHO DE 2018 (DOU de 24/07/2018 Seção I Pág. 193) - Altera a Portaria SIT n.º 186, de 28 de maio de 2010, que dispõe sobre o Regimento das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas - CNTTs;

DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018 (DOU 25/07/2018 Seção I Pág. 01) - Instituiu a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal;

Atos Normativos

NOTA TÉCNICA Nº 08/2018 (25/07/2018) - Ajustes do leiaute do eSocial versão 2.4.02;

ATO DECLARATÓRIO SIT/MTb Nº 16, DE 18 DE JULHO DE 2018 (DOU 26/07/2018 Seção I Pág. 91) - Cancela o precedente administrativo nº 83;

DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018 (DOU de 27/07/2018 Seção I Pág. 01) - Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.